



Relatório & Contas

2024



GOLDEN
SGF

Relatório de Gestão do Exercício de 2024

Prezados Senhores Acionistas,

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias submetemos à aprovação da Assembleia-Geral, o presente Relatório, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações no capital próprio e o correspondente anexo referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração | CEO



GOLDEN
SGF

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração | CEO

Na Golden, os nossos clientes são a nossa prioridade.

São eles que inspiram a nossa dedicação e impulsionam a nossa inovação. Com diferentes objetivos de investimento, perfis de risco e horizontes temporais, cada cliente merece uma abordagem personalizada e estrategicamente alinhada com as suas necessidades.

Ao longo de 2024, reforçámos a nossa posição como a principal gestora de património independente em Portugal, alcançando um crescimento significativo nos ativos sob gestão.

Este marco reflete a confiança que os nossos clientes depositam em nós e reafirma o nosso compromisso em criar valor para todos os stakeholders.

Enfrentar desafios, transformar oportunidades

O mundo está em permanente evolução, originando desafios complexos que exigem uma resposta ágil e estratégica.

O contexto geopolítico global manteve-se instável, com tensões comerciais e crises regionais a influenciar os mercados financeiros. Simultaneamente, o avanço da inteligência artificial e das tecnologias quânticas tem redefinido paradigmas económicos, enquanto a segurança cibernética se tornou uma prioridade inadiável.

No setor financeiro, os bancos centrais continuaram a enfrentar desafios na estabilização da inflação e na promoção de políticas monetárias sustentáveis. Contudo, 2024 também trouxe avanços notáveis no setor da saúde, com inovações em terapias genéticas e tratamentos para doenças crónicas, reforçando a importância do investimento em progresso e bem-estar.

One Golden: uma visão integrada para o sucesso

Acreditamos que o sucesso resulta da combinação harmoniosa das diferentes dimensões do nosso grupo, dentro de uma estratégia coesa que denominamos One Golden.

Em 2024, essa abordagem refletiu-se num desempenho financeiro robusto e num volume de negócios sem precedentes, evidenciando a consistência e a resiliência da nossa operação.

Muito mais do que resultados financeiros

A nossa proposta de valor é definida pela capacidade de inovação e adaptação ao contexto dos investidores. Acelerámos a transformação digital, para maior eficiência operacional e maior conveniência e agilidade na relação com os nossos clientes.

Expandimos a nossa atuação nos Private Markets, respondendo à crescente necessidade de maior flexibilidade e valor acrescentado nos portfólios. Estamos orgulhosos do caminho percorrido e confiantes no futuro.

Continuaremos a inovar, a crescer e a criar valor para os nossos clientes e parceiros.

Agradecemos a todos pela confiança depositada e reafirmamos o nosso compromisso de liderar com visão estratégica, rigor e dedicação.

António Nunes da Silva
Presidente do Conselho de Administração

índice

	Factos Relevantes Ocorridos	
	Princípios Orientadores da SGF	2
3	Envolvente Macroeconómica	
	Desenvolvimento Comercial	4
5	Carteira sob Gestão	
	Rendibilidades	6
7	Área Atuarial, Risco e Compliance	
	Resultados	8
9	Margem de Solvência	
	Aplicação de Resultados	10
11	Perspetivas Futuras	
	Considerações Finais	12
13	Conclusão / Agradecimentos	
	Conclusão / Agradecimentos	14
15	Demonstrações Financeiras	



Factos Relevantes Ocorridos

Factos Relevantes Ocorridos

O ano de 2024 fica marcado pela consolidação da aposta no digital: o ano em que o PPR Golden SGF ETF se afirmou como um produto de referência no mercado português.

Com o foco no desenvolvimento digital, continuámos a apostar no enriquecimento de ferramentas para Suporte a Clientes: lançamento da 1ª versão de um Chatbot, que visa responder, de uma forma clara e mais interativa, às questões mais frequentes dos nossos Clientes e melhoria da experiência de login dos Utilizadores da app mySGF, recorrendo às opções de biometria dos seus dispositivos móveis ou definição de um PIN.

No contexto do desenvolvimento da Golden SGF, verificou-se o investimento num novo sistema de gestão de carteiras e a automação robótica de alguns processos (RPA) com elevados ganhos de eficiência.

Mantendo o foco no objetivo de nos tornarmos na Entidade Gestora de referência no mercado português com competência amplamente reconhecida ao nível da qualidade do serviço prestado aos seus clientes, orgulhamo-nos da conquista do prémio de Melhor Fundo de Pensões Aberto com Risco 3 atribuído pela APFIPP e Jornal de Negócios.

Esta distinção comprova uma vez mais o trabalho desenvolvido na procura das melhores soluções de investimento, tendo por base os princípios de preservação de capital, transparência, liquidez, orientação para o cliente e a independência que regem a nossa atividade, primando por fazer a diferença ao nível das rentabilidades apresentadas.

Fruto do trabalho desenvolvido, a Golden SGF registou um crescimento de 20% dos ativos geridos, com um aumento do volume sob gestão na ordem dos 43,2 milhões de euros.

Ao nível das linhas de negócio destacamos o excecional crescimento, de 45,5%, alcançado nos FPA, quando o conjunto das Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões registou um crescimento de apenas 9,5%. Não menos relevante foi o crescimento registado nos Fundos de Pensões PPR: 32%, face ao crescimento de 17,5% registado pelas Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões.

Numa conjuntura cada vez mais exigente, com o prolongamento do regime de reembolso extraordinários dos PPR como medida de apoio às famílias por mais um ano e que delapidou muitos dos planos de poupança, é de salutar o crescimento dos ativos sob gestão da Golden SGF que, dessa forma, reforçou a sua posição no mercado português.

A Golden SGF continuará em 2025 focada na criação de valor no património dos seus Clientes.



Princípios Orientadores da SGF



GOLDEN
SGF

Princípios Orientadores

A missão que a Golden SGF assume perante os seus participantes é a de obter a máxima rendibilidade para os fundos sob gestão, dentro do perfil e nível de risco, previamente escolhido pelo cliente.

Tem como princípios de gestão:

- Total independência – Ausência de conflitos de interesses;
- Gestão prudente;
- Rigor, transparência e segurança.



Envolvente Macroeconómica

3



GOLDEN
SGF

Envolvente económica e geopolítica

O ano de 2024 ficará na memória como um ano de desafios económicos e acentuar das tensões / crises geopolíticas, tendo sido marcado pelo continuar dos conflitos na Ucrânia e na Palestina, pelo reposicionamento de alianças estratégicas e pela eleição de Donald Trump pela segunda vez para a Presidência dos EUA.

As Presidenciais norte-americanas, um de muitos atos eleitorais realizados em 2024, foram (e deverão ser para os próximos anos) muito importantes. Durante o ano que agora terminou, mais de 60 países, representando quase metade da população mundial, foram a votos, sendo que, na maioria dos casos, os eleitores puniram os partidos que estavam no poder e apostaram numa mudança. Portugal, Estados Unidos, França, Reino Unido e México, foram alguns dos exemplos dessa tendência. A instabilidade política não se limitou às eleições diretas: a coligação governante na Alemanha desmoronou após resultados eleitorais regionais desfavoráveis e, a decisão do Presidente francês Emmanuel Macron de convocar legislativas antecipadas teve igualmente consequências inesperadas e grande instabilidade no cenário político em França.

No campo geopolítico, o conflito entre a Rússia e a Ucrânia continuou a moldar grande parte do debate global. Apesar das sanções impostas pelo Ocidente, a Rússia manteve operações militares intensas, focando-se em alvos estratégicos. A Ucrânia conseguiu ganhos territoriais significativos durante a primavera, mas a destruição de infraestruturas críticas gerou um impacto económico profundo. A Europa teve de lidar novamente com pressões energéticas, enquanto os EUA reforçaram o apoio militar e económico a Kiev, aprofundando ainda mais as tensões entre as potências ocidentais e a Rússia, sendo estas tensões acompanhadas por agravamentos de sanções económicas.

No Médio Oriente, a relação hostil entre Israel e o Irão intensificou-se, com ataques cibernéticos e incidentes militares a contribuírem para um aumento da volatilidade nos mercados de petróleo. A Arábia Saudita desempenhou um papel chave assumindo-se, cada vez mais, como uma potência regional, alternando entre mediações diplomáticas e medidas para controlar a produção de petróleo no âmbito da OPEP+.

Na Ásia questão de Taiwan tornou-se mais crítica e sensível. A China intensificou exercícios militares e sanções comerciais contra a ilha, elevando as tensões com os EUA e aliados. O Presidente sul-coreano Yoon Suk Yeol enfrentou *impeachment* após declarar de forma inusitada a lei marcial no país, desestabilizando momentaneamente os mercados financeiros locais e levantando preocupações sobre o impacto na estabilidade económica da região.

Economia Global e Dados Económicos

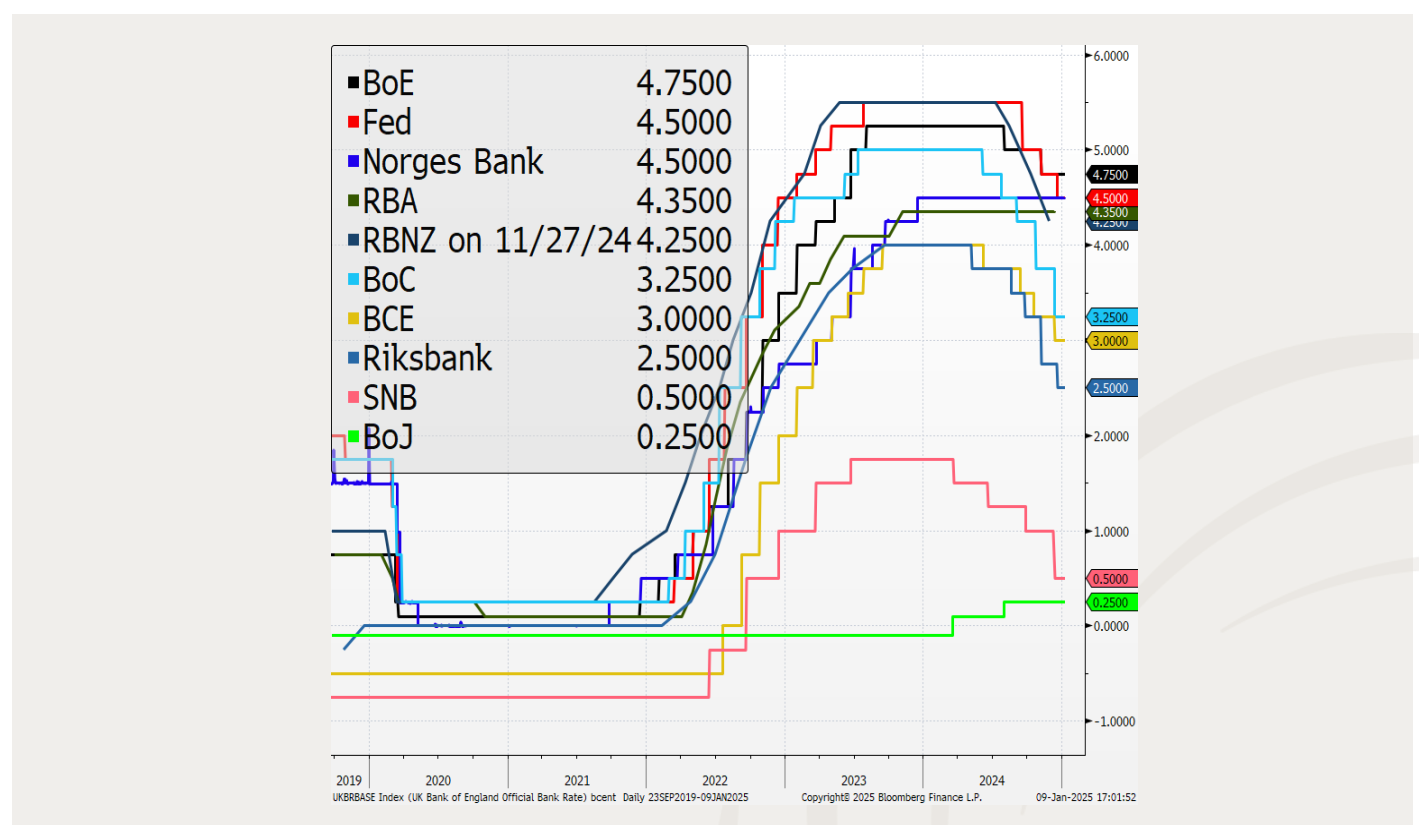
A economia global foi um espelho destas dinâmicas geopolíticas. Os dados macroeconómicos mostraram uma evolução desigual ao longo do ano nos principais blocos económicos mundiais. Nos EUA, o crescimento económico foi mais robusto do que o previsto, sustentado por um mercado laboral resiliente e um consumo forte. Contudo, a incerteza fiscal dominou o debate no final do ano, com receios sobre os limites do teto da dívida e o impacto do défice nas taxas de juro (e vice versa).

Na Zona Euro, o crescimento continuou estagnado, com a principal economia, a Alemã, a debater-se com as dificuldades resultantes da necessidade de reconversão da sua base industrial exportadora que a levou a acumular 4 anos sem crescimento relevante. O setor industrial alemão continua a ser particularmente afetado pelos custos da energia (com o fim do acesso ao gás natural barato russo) e pela incapacidade de ser competitivo na economia global devido, por exemplo, às restritivas normas ambientais emanadas de Bruxelas, enquanto nos países do Sul, como a Espanha e Portugal, o turismo continuou a ser a força motriz do crescimento. O Reino Unido, ainda sob os efeitos do Brexit, enfrentou uma inflação teimosamente alta e uma desaceleração económica generalizada.

O caso da China continua a ser paradigmático. Embora a economia já tenha recuperado (ainda que de uma forma lenta e gradual ao longo dos últimos três anos) das restrições draconianas impostas durante a pandemia de COVID-19, o ritmo de crescimento continua demasiado baixo para as ambições / exigências de Pequim. A verdade é que a economia chinesa enfrentou e continua a enfrentar desafios profundos, devido ao desinflar da bolha imobiliária e à desaceleração do comércio mundial / retrocesso no processo de globalização que tem condicionado muito as exportações. As políticas de estímulo do governo chinês foram, até ao momento, insuficientes para restaurar a confiança dos investidores, mas desde o final do verão a situação parece estar a mudar.

Os bancos centrais tiveram de navegar num ambiente de inflação ainda elevada, mas com sinais de estabilização / desaceleração na maioria das economias. FED e BCE cortaram as respetivas taxas de juro diretoras, ao longo do ano, com o BCE a cortar mais cedo e por quatro vezes enquanto a FED fez apenas 3 cortes mas com um destes a ser de 50 bp, ou seja, ambos cortaram 100 pontos base as respetivas taxas diretoras em 2024. Com exceção do Banco do Japão, todos os restantes principais bancos centrais mundiais realizaram reduções das suas respetivas taxas diretoras ao longo de 2024. Destaque para os 175 pb de cortes do Banco do Canadá e os 125 pb do Banco Central da Suíça e do Banco Central da Suécia. Os mercados cambiais, particularmente no par euro / dólar, oscilaram ao sabor das decisões de política monetária, mas com o dólar americano a fortalecer-se de forma relevante ao longo do ano. A combinação da uma expectativa de política monetária mais relaxada em 2025 na Zona Euro devido à estagnação das principais economias do continente versus a resiliência económica dos EUA consolidou o dólar como a moeda mais forte de 2024 nos mercados cambiais internacionais.

No último trimestre do ano, a volatilidade atingiu novos picos, com os mercados a reagirem à vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais dos EUA. A sua promessa de cortes fiscais e estímulos económicos gerou entusiasmo no mercado acionista, mas aumentou os receios de instabilidade fiscal. Trump ganhou por larga margem e terá o controle quer do Senado quer da Câmara dos Representantes, pelo que tem reunidas todas as condições para avançar com as promessas feitas, como verificamos já na sequência da cerimónia de tomada de posse, dia 20 de janeiro de 2025.



Comportamento das principais classes de ativos em 2024

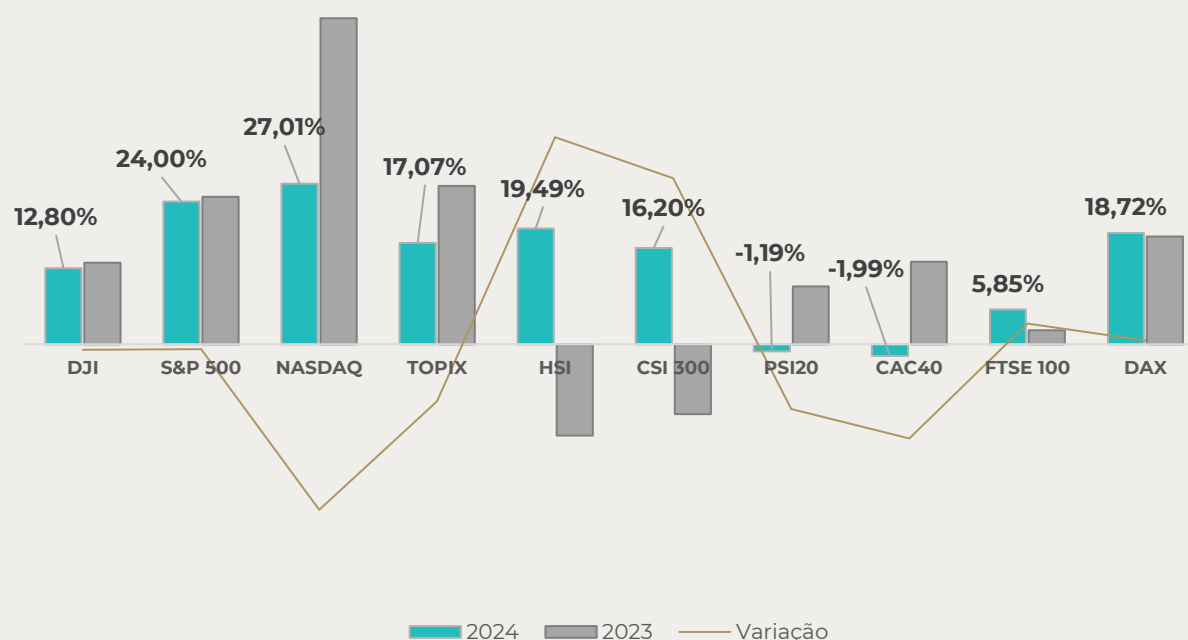
Embora com uma reta final algo desapontante, pois não houve o tradicional “rally de Natal”, o ano de 2024 foi globalmente bastante positivo para a generalidade dos investidores e das principais classes de ativos. Ou seja, embora marcado por uma complexa interação de fatores políticos e económicos, tensões geopolíticas contínuas e tensões nas dinâmicas do comércio internacional, que obrigaram os bancos centrais a navegar um delicado equilíbrio entre combater a inflação e apoiar o crescimento económico, paradoxalmente 2024 foi um ano caracterizado por um comportamento tendencialmente em subida nos mercados financeiros internacionais.

Mercado Acionista

O mercado acionista destacou-se pela liderança dos EUA, onde o S&P 500 subiu impulsionado pelas empresas tecnológicas. As “7 Magníficas” voltaram a ser o centro das atenções, com a NVIDIA a liderar os ganhos devido à procura crescente por soluções de inteligência artificial. O verão trouxe correções significativas, particularmente neste setor, com o NASDAQ a corrigir 15% em julho, antes de uma recuperação robusta. Nos mercados europeus, setores como a energia renovável e defesa destacaram-se positivamente, refletindo a transição energética e as tensões geopolíticas. Contudo, globalmente, as ações do STOXX 600 tiveram um desempenho modesto, muito condicionadas pelas fracas perspetivas económicas para as principais economias da Zona Euro. Entre Reino Unido, França e Alemanha foi o DAX que teve uma melhor *performance* (18.7%), apesar dos dados económicos alemães serem genericamente muito fracos e da economia levar já quatro anos consecutivos sem crescer.

Um dos temas do ano foi o iene e as estratégias de carry trade financiadas em ienes: impulsionada pelas taxas de juro muito baixas no Japão, continuou a atrair capital para ativos de maior rendimento nos EUA e Europa. No entanto, correções nos mercados tecnológicos e uma mudança (algo inesperada) de política do Banco do Japão no final de julho, com a subida das taxas de juro (a primeira em 17 anos) para 0.25% levou a um elevado fortalecimento do iene e ao desfazer de muitas posições alavancadas com recurso a financiamentos nesta moeda, o que provocou episódios de grande volatilidade nos mercados globais no início de agosto.

Nota de destaque também para os mercados acionistas chineses. O índice Hang Seng de Hong Kong registou um ganho anual de 19.5%, enquanto o índice CSI 300 subiu 16,2%, com destaque para a reta final do verão. Efetivamente, em setembro, os índices chineses subiram expressivamente em reação às medidas de estímulo económico anunciadas por Pequim.

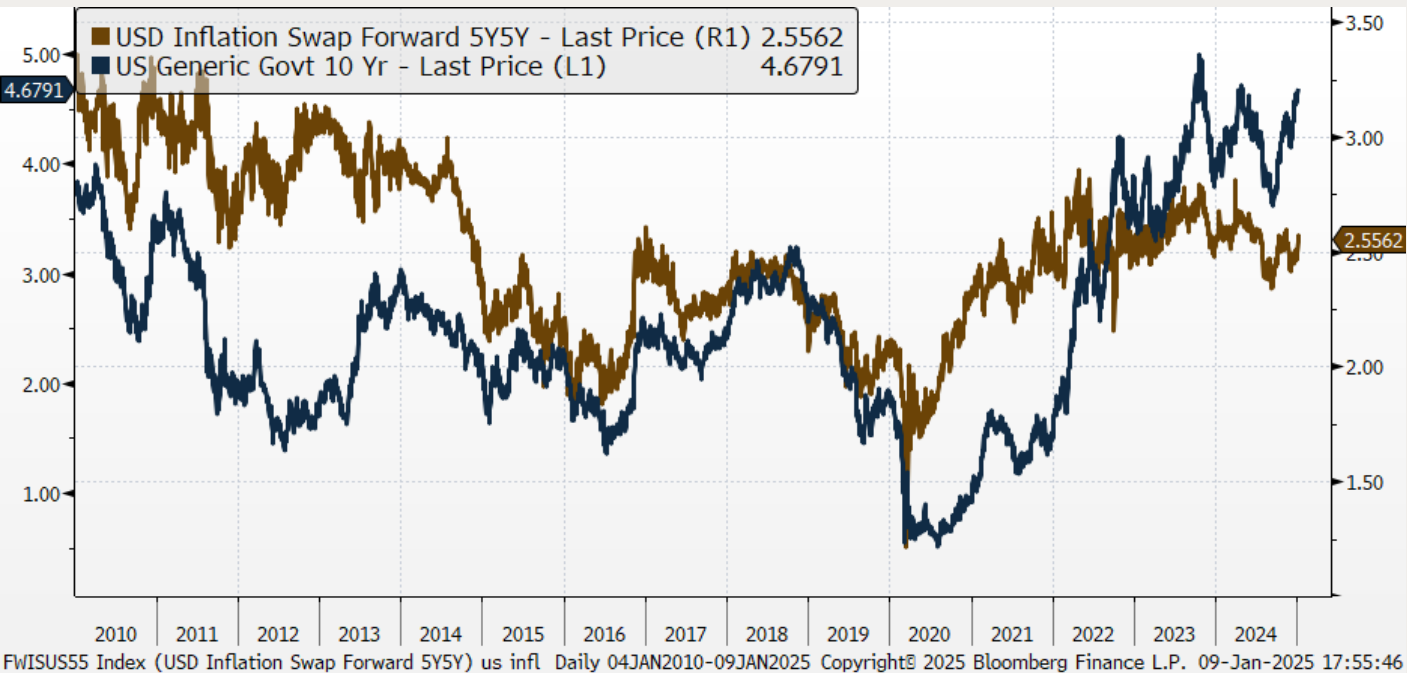


Fonte: Bloomberg

Mercado Obrigacionista

Os mercados obrigacionistas arrancaram mal o ano, em grande medida porque tinham tido uma reta final de 2023 excecional – novembro e dezembro de 2023 foi o melhor período para estar investido em obrigações em mais de 30 anos. Os mercados de dívida permaneceriam voláteis e reativos às indicações dos principais bancos centrais durante todo o ano. A reta final do ano foi particularmente penosa, com as yields nos EUA a atingirem níveis particularmente elevados devido ao aparecimento dos chamados “bond vigilantes”. Ou seja, os investidores começaram a exigir taxas mais elevadas devido à incerteza fiscal e ao aumento das expectativas de inflação para os próximos anos devido à agenda Trump de imposição de pesadas tarifas comerciais sobre todos os bens importados.

Os prémios de risco corporativos mantiveram-se contudo próximos dos mínimos do ciclo, permitindo inclusive que a dívida *high yield* (tradicionalmente com maturidades mais reduzidas e menos expostas a risco de subida de taxas de juro) obtivesse registos positivos em termos de retornos no ano para os investidores.



Fonte: Bloomberg

Commodities: Ouro e Metais Preciosos

O ouro foi um dos ativos mais procurados em 2024 e um dos melhores *performers* do ano, atingindo novos máximos históricos ao ser impulsionado por compras agressivas de bancos centrais e pela procura institucional. Este metal precioso beneficiou ainda de um contexto da incerteza global e das descidas das taxas de juro diretoras nos principais blocos económicos. Nem a valorização do dólar conseguiu conter a força do ouro, que terminaria o ano relativamente próximo dos máximos históricos, embora tenha cedido alguns pontos percentuais nas últimas sessões do ano.



Fonte: Bloomberg

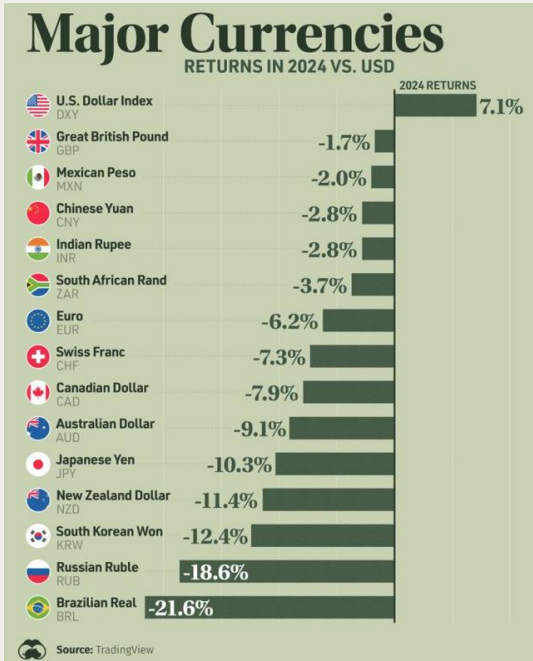
Petróleo e Gás

Ainda no mercado de commodities, o petróleo foi marcado por uma elevada volatilidade ao longo de 2024. O Brent oscilou entre \$70 e \$85 por barril, enquanto o WTI variou entre \$65 e \$80, mas sem grande impulso apesar do agravar das tensões no Médio Oriente ao longo do ano (com Israel e Irão a entrar em conflito direto) e sem fim à vista da guerra na Ucrânia. As decisões da OPEP+ sobre cortes de produção desempenharam um papel central, com reduções adicionais no segundo semestre do ano a sustentar os preços. Já o gás natural registou um comportamento mais dinâmico, com os preços a dispararem no início do inverno devido às temperaturas mais baixas e às dificuldades em substituir a Rússia no leque de fornecedores. Neste contexto, destaque para a crescente importância do mercado global de gás natural liquefeito.

Mercados Cambiais

Os mercados cambiais em 2024 foram palco de grandes movimentos, com o dólar a assumir o protagonismo, refletindo a crescente divergência económica entre os EUA e a Zona Euro. O yen carry trade, como já referido, tornou-se uma estratégia dominante, com investidores a explorar as taxas de juro historicamente baixas do Japão para financiar posições em ativos de maior rendimento, exacerbando a fraqueza do iene.

A moeda japonesa afundou para mínimos de 24 anos face ao dólar, mas os últimos meses do ano trouxeram alguma recuperação do iene, com a reversão das políticas monetárias ultra expansionistas que caracterizaram a atuação do Banco do Japão nas últimas mais de duas décadas. Entretanto, moedas de mercados emergentes tiveram um ano misto, pressionadas por fluxos de capitais voláteis e desafios internos.



Portugal: Enquadramento Económico em 2024 e perspetivas para 2025

O ano começou com um crescimento sólido, impulsionado pelo setor do turismo, que voltou a atingir níveis recorde. No entanto, a desaceleração global começou a sentir-se no segundo semestre, afetando as exportações e o setor industrial nacionais. A inflação manteve-se moderada em comparação com a média europeia, terminando o ano com uma variação média anual de 2.4%, no Índice de Preços ao Consumidor, um valor bem inferior ao registado em 2023 – 4.3%. Em termos de crescimento, depois de uma expansão do Produto Interno Bruto de 2,5% em 2023, o crescimento desacelerou em 2024, com as previsões a apontarem para valores ligeiramente abaixo dos 2,0% (próximo dos 1,7% / 1,8%). Contudo, a expectativa da generalidade das instituições nacionais e internacionais para o crescimento da economia portuguesa é de que este deverá acelerar ligeiramente em 2025 para um valor próximo dos 2,0%, apesar do enquadramento externo acarretar riscos consideráveis. O Ministério das Finanças prevê um crescimento de 2,1%, a Comissão Europeia espera uma expansão de economia portuguesa de 1,9% e a OCDE de 2%. Por outro lado, o Banco de Portugal aponta para 2,2% e o FMI 2,3%. As exportações, o consumo e o investimento deverão continuar a contribuir para a evolução positiva. No “Boletim Económico” de dezembro, o Banco de Portugal prevê para 2025 um crescimento da venda de bens e serviços ao exterior de 3,2%, do consumo privado de 2,7% e do investimento de 5,4%. A economia portuguesa continuará assim a convergir para a média europeia (muito penalizada pelo fraquíssimo desempenho das maiores economias do bloco) que deverá crescer apenas 0,7% em 2024 e 1,1% em 2025, respetivamente. As contas públicas nacionais também deverão continuar globalmente equilibradas com o saldo orçamental previsto a apontar para um superávit marginal com o governo a tentar equilibrar a necessidade de reduzir a dívida pública o mais rapidamente possível, mas simultaneamente, a anunciar algum alívio fiscal sobre trabalhadores e empresas e tudo isto sem continuar a sacrificar o investimento e a qualidade dos serviços públicos.

Este foi também um ano de mudança no Governo, com as eleições de 10 de março, a premiarem a mudança, elegendo a Aliança Democrática (AD) como coligação política vencedora, por uma pequena margem, pondo fim a mais 8 anos de governação do Partido Socialista (PS). Politicamente, 2024 foi marcado por um ambiente tenso, com greves nos setores da saúde, forças de segurança, educação e transportes a destacar os desafios estruturais do país. Apesar disso, o Governo conseguiu aprovar o Orçamento de Estado.

As perspetivas para 2025 apontam para uma recuperação moderada, sustentada pelos fundos europeus e por uma melhoria no consumo interno. No entanto, os desafios permanecem, particularmente na sustentabilidade da dívida pública e na necessidade de reformas estruturais para aumentar a competitividade económica do país.



Desenvolvimento Comercial

4



GOLDEN
SGF

Desenvolvimento Comercial

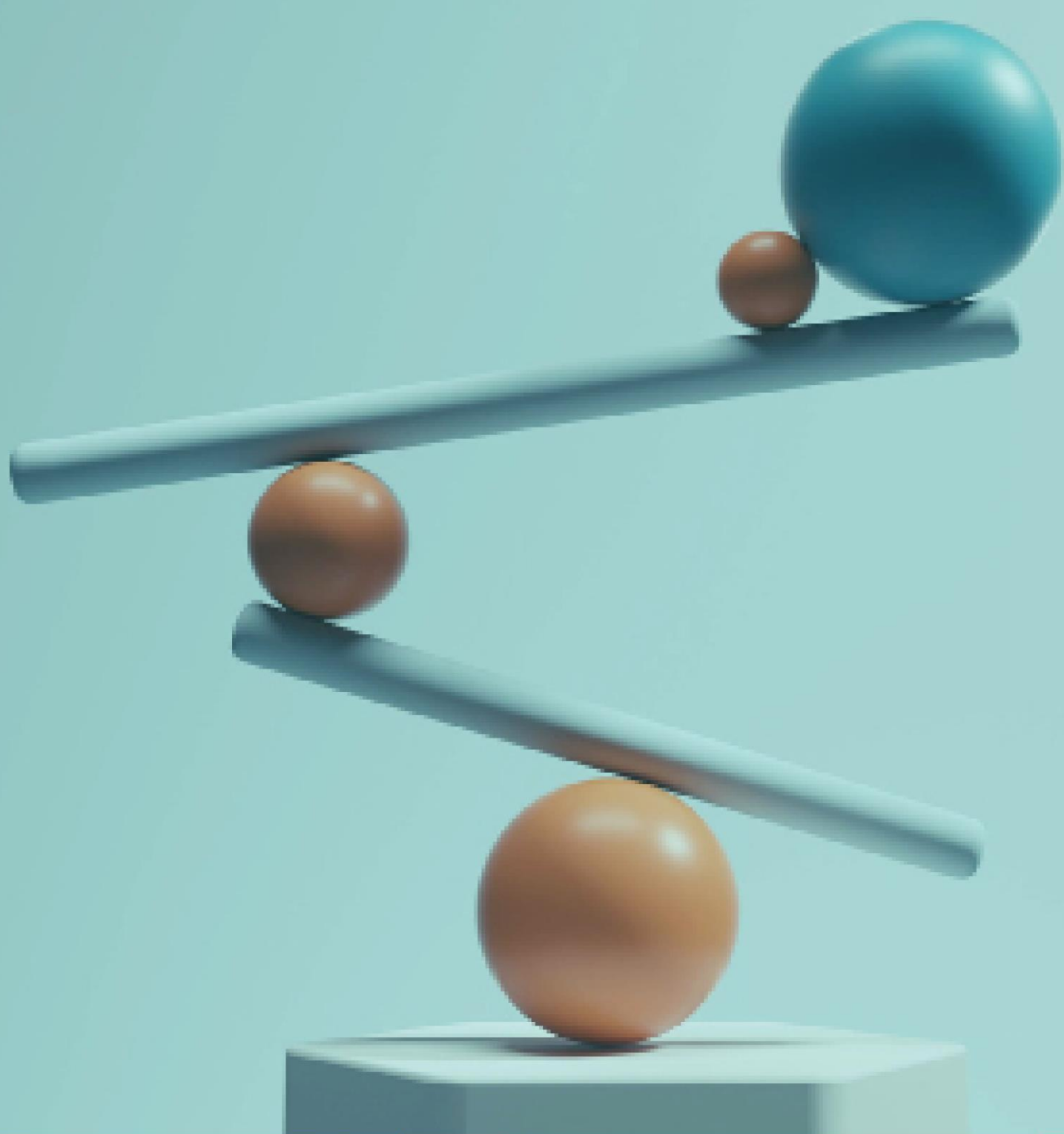
Em termos comerciais manteve-se o objetivo de aumentar o número de clientes, continuando a reforçar a importância da poupança e a incontestável vantagem fiscal dos PPR e FPA como veículo preferencial face a outros instrumentos do mercado.

Os resultados alcançados são demonstrativos do sucesso desta aposta, com um aumento do volume sob gestão de cerca de 27 milhões de euros nos PPR e de 21 milhões de euros nos Fundos de Pensões Abertos, representando um crescimento de 32% e de 45,5%, respetivamente, face a 2023.

Este sucesso não é alheio ao investimento realizado no desenvolvimento das soluções empresariais, confirmando-se a nossa convicção de que as empresas começam a encarar o tema da reforma com maior preocupação, assumindo como sua a responsabilidade de financiamento de um complemento de reforma para os seus trabalhadores e incentivando-os a participar nesse projeto.

Salientamos a importância de algumas das nossas Entidades Comercializadoras que elegeram a Golden SGF como seu principal parceiro na atividade dos Fundos de Pensões, contribuindo de forma substancial para o sucesso de 2024.

Estamos convictos que o processo de desenvolvimento digital em curso, continuará a ser determinante para o crescimento da Golden SGF, aumentando o nível de satisfação dos clientes atuais e atraindo outros que valorizem essa componente.



Carteira sob Gestão

5



GOLDEN
SGF

Carteira sob Gestão

Apresenta-se de seguida a evolução, nos últimos 3 anos, da carteira gerida pela Golden SGF.

Resumo	2024	2023	2022	Variação 2024/2023	
	Valor	Valor	Valor	Valor	%
PPRs	113 746	86 046	68 758	27 700	32%
FUNDOS ABERTOS	68 341	46 966	35 286	21 375	46%
FUNDOS FECHADOS	76 348	81 263	88 668	-4 915	-6%
TOTAL	258 435	214 275	192 712	44 160	20%

Unidade: milhares de euros



Rendibilidades

6



GOLDEN
SGF

Rendibilidades

PPRs	2024	2023	2022	Últimos 3 Anos (Média simples)
Poupança Garantida	3,67%	4,37%	-6,12%	0,64%
Poupança Conservadora	4,31%	3,41%	-6,18%	0,51%
Poupança Equilibrada	4,72%	3,37%	-6,92%	0,39%
Poupança Ativa	5,85%	4,53%	-7,11%	1,09%
Poupança Dinâmica	5,91%	6,63%	-7,41%	1,71%
PPR Stoik	5,85%	13,29%	-17,94%	0,40%
PPR Top Gestores	9,80%	12,02%	-15,08%	2,25%
PPR Doutor Finanças*	18,06%	11,28%	-4,59%	-
PPR DECO **	7,74%	1,51%	-	-
PPR ETF ***	16,03%	1,73%	-	-

* Fundo constituído a 14.09.2022
** Fundo constituído a 01.09.2023
*** Fundo constituído a 30.10.2023

Fundos de Pensões Abertos	2024	2023	2022	Últimos 3 Anos (Média simples)
Reforma Garantida	4,72%	3,39%	-5,83%	0,76%
Reforma Conservadora	4,15%	2,83%	-6,53%	0,15%
Reforma Equilibrada	4,65%	3,55%	-6,53%	0,56%
Reforma Stoik	5,71%	13,92%	-19,94%	-0,10%
Square Ações	7,35%	3,23%	-3,70%	2,29%
Reforma Dinâmica *	6,45%	2,98%	-	-

* Fundo constituído a 01.05.2023



Área Atuarial, Risco
e Compliance

7



GOLDEN
SGF

Área Atuarial, Risco e Compliance

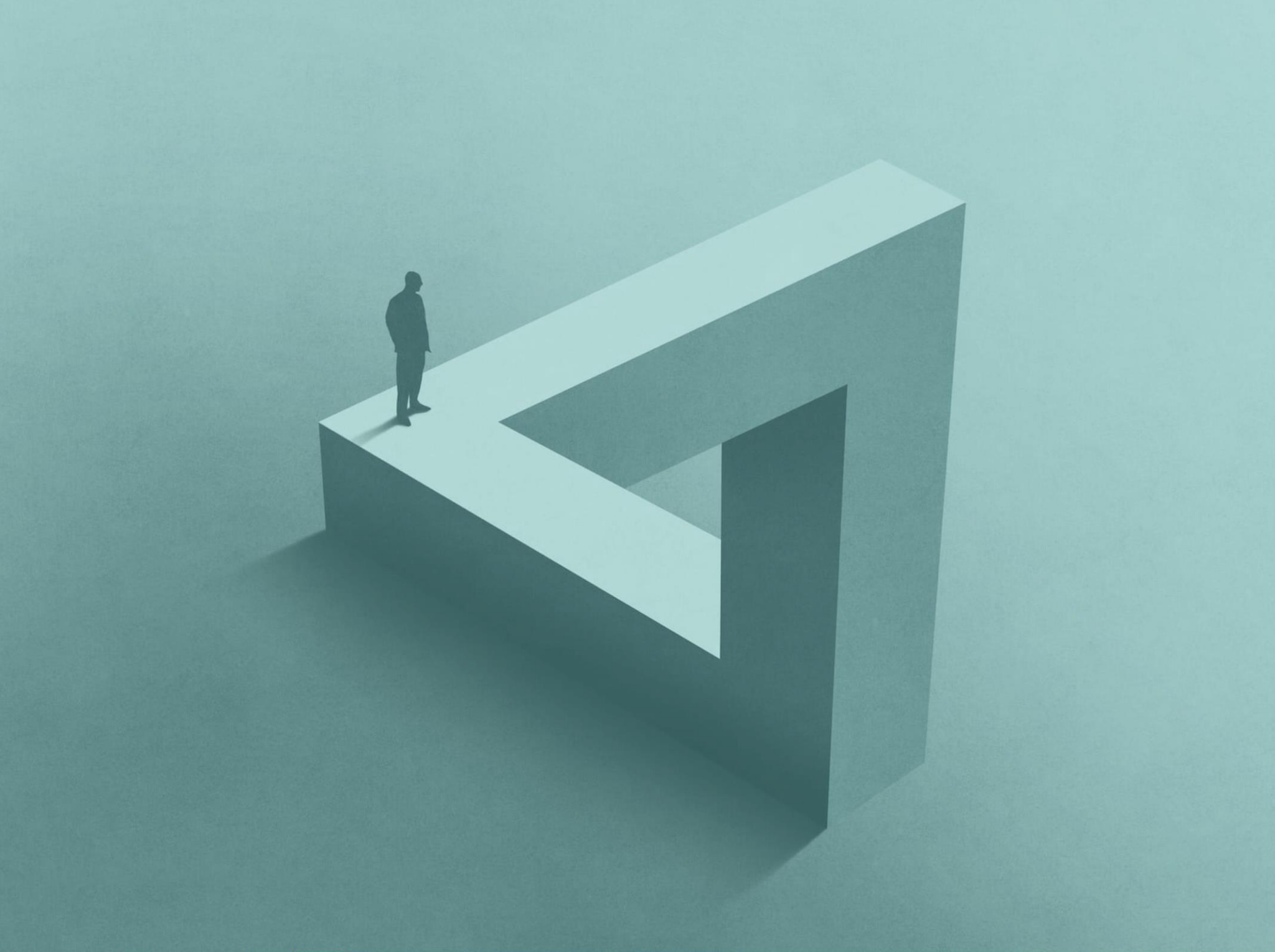
No que respeita ao enquadramento regulamentar da atividade da Golden SGF salientamos a publicação e entrada em vigor de:

- Norma Regulamentar n.º 6/2024-R, de 20 de agosto, que estabelece os requisitos que devem presidir ao desenvolvimento do sistema de governação a implementar pelas entidades gestoras de fundos de pensões, incluindo matérias relacionadas com autoavaliação do risco, conflitos de interesses, remuneração e participação interna de irregularidades e estruturas de governação dos fundos de pensões
- Norma Regulamentar n.º 7/2024-R, de 20 de agosto, estabelece os requisitos e princípios gerais em matéria de segurança e governação das tecnologias da informação e comunicação (TIC) e requisitos específicos em matéria de subcontratação a prestadores de serviços de computação em nuvem.
- Norma Regulamentar n.º 9/2024-R, de 26 de setembro, que regula a comunicação à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) de incidentes de carácter severo relacionados com as tecnologias de informação e comunicação (TIC).
- Norma Regulamentar n.º 10/2024-R, de 5 de novembro, sobre prevenção e combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo que adapta as obrigações previstas no atual quadro legislativo nacional e europeu às especificidades dos setores supervisionados pela ASF.
- Norma Regulamentar n.º 11/2024-R, de 20 de novembro, relativa à divulgação de informação sobre comissões, rendibilidade e risco em Planos de Poupança-Reforma.

Em 2024 verificámos não haver alteração na disponibilidade dos nossos Associados para o normal cumprimento dos planos de financiamento das responsabilidades inerentes aos respetivos Fundos de Pensões, sendo notória a preocupação das empresas com o financiamento de complementos de reforma para os seus colaboradores, através da implementação de planos de contribuição definida.

Ao nível do risco e controlo interno evidenciamos a continuação do reforço do investimento na infraestrutura informática da Golden SGF e no desenvolvimento digital da empresa.

Parte da atividade continua a ser desenvolvida via teletrabalho, não tendo sido registadas situações de incumprimentos relevantes durante o período, garantindo-se integralmente as obrigações legais da Golden SGF.



Resultados

8



GOLDEN
SGF

Resultados

Resultados em euros (€)	2024	2023	Variação
Serviços prestados	3 155 162,98	2 588 063,82	567 099,16
Fornecimentos e serviços externos	-1 890 576,45	-1 462 402,44	-428 174,01
Gastos com o pessoal	-837 931,77	-847 611,94	9 680,17
Provisões (aumentos/reduções)	60 086,02	76 953,72	-16 867,70
Aumentos/ reduções de justo valor	46 540,05	31 283,48	15 256,57
Outros rendimentos e ganhos	37 199,47	24 429,14	12 770,33
Outros gastos e perdas	-63 188,08	-37 955,98	-25 232,10
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	-172 417,71	-108 632,62	-63 785,09
Resultado operacional	334 874,51	264 127,18	70 747,33
Resultados antes de impostos	334 874,51	264 127,18	70 747,33
Imposto sobre o rendimento do período	-5 851,86	-4 012,29	-1 839,57
Resultado líquido do período	329 022,65	260 114,89	68 907,76

O aumento dos serviços prestados, nomeadamente as comissões de gestão, foi determinante para o resultado alcançado.
As rubricas que contribuíram positivamente para a variação dos resultados foram:

- aumento das comissões de gestão;
- decréscimo dos gastos com o pessoal;
- diminuição das provisões constituídas;
- acréscimo do justo valor da carteira própria.

As rubricas que contribuíram negativamente para a variação dos resultados foram:

- aumento dos fornecimentos e serviços externos.
- acréscimo de outros gastos e perdas,
- aumento de gastos de depreciação e de amortização.



Margem de Solvência

9



GOLDEN
SGF

Margem de Solvência

A Margem a constituir está acima do valor mínimo legal com uma taxa de cobertura de 151,37%.

	2024	2023
Margem a Constituir	1 209 873,58	1 092 976,23
Elementos de Cobertura	1 831 339,73	1 651 853,17
Excedente de Cobertura	621 466,15	558 876,94
Taxa de Cobertura	151,37%	151,13%



Aplicação de Resultados

10

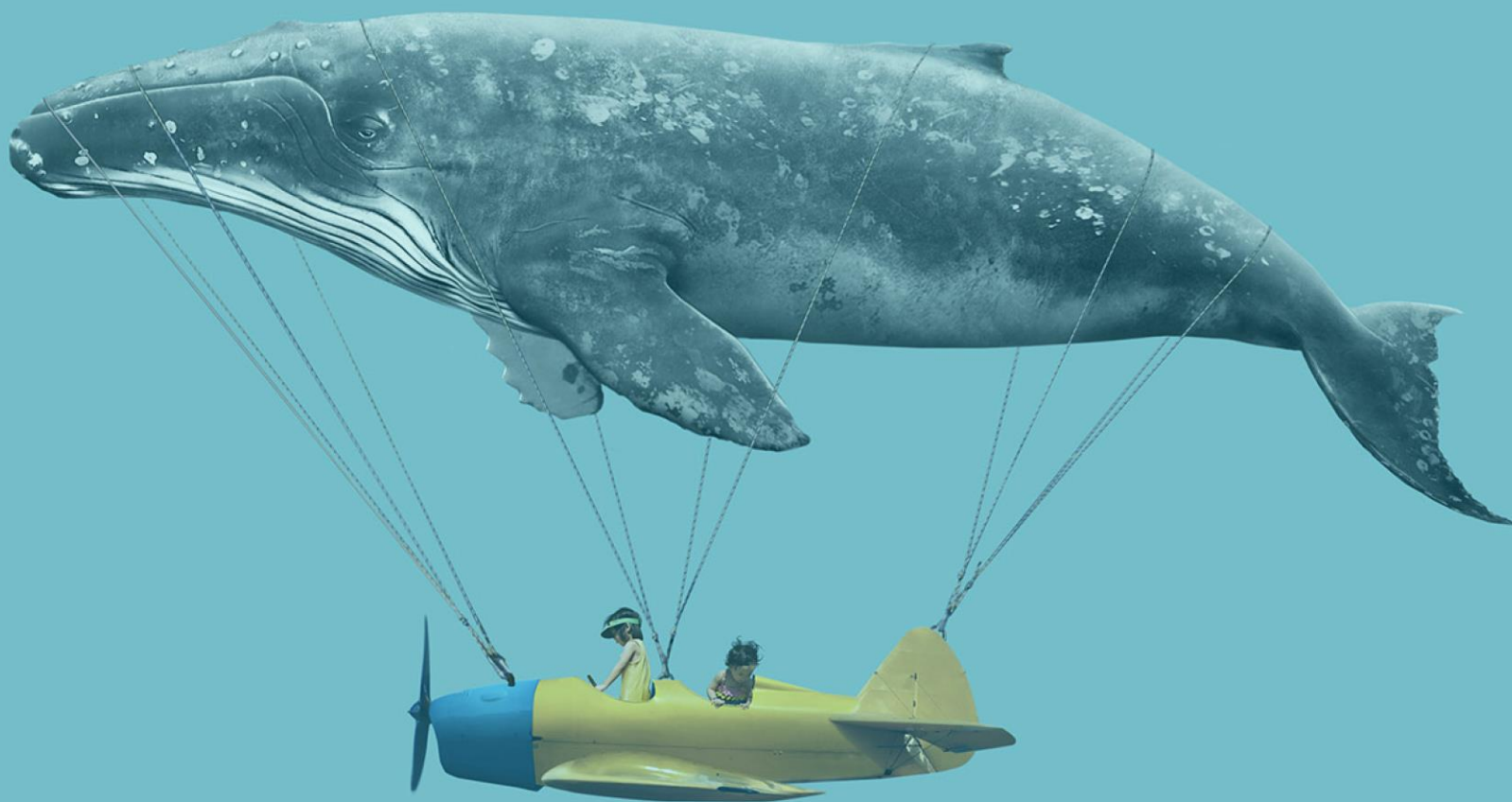


GOLDEN
SGF

Aplicação de Resultados

Atendendo ao facto de o resultado líquido ser positivo, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados:

- Para Resultados Transitados:
69.022,65 euros, cuja conta passará a apresentar um saldo devedor de 281.646,39 euros, sendo adicionalmente confirmado o bónus de balanço para colaboradores no valor de 37.000,00 Euros (trinta e sete mil euros), já incluídos no apuramento do resultado líquido do exercício.
- O remanescente: 260.000,00 euros, para distribuição aos accionistas.



Perspetivas Futuras

11



GOLDEN
SGF

Perspetivas Futuras

A Golden SGF, continua o seu percurso, focada exclusivamente nos seus Clientes, sempre alinhada com a independência e ausência de conflito de interesses que caracterizam a sua história.

O seu reconhecimento é traduzido pelo aumento continuado dos seus ativos geridos, cuja ambição será reforçada em 2025, tentando continuar a superar o mercado nos indicadores de crescimento e a merecer destaque pela qualidade da sua gestão.

A Golden SGF continuará em 2025 focada na criação de valor no património dos seus Clientes.

2025 será um ano de reforço da aposta na transição para o digital, com claras vantagens na eficiência e experiência do cliente.

Com os nossos Clientes, a descobrir e a vencer o futuro, com a convicção de sempre, de poupança sabemos nós.



Considerações Finais

12



GOLDEN
SGF

Considerações Finais

Após o fim do exercício, e até à presente data, não ocorreu nenhum facto relevante que altere a situação patrimonial da Sociedade.



Conclusão /
Agradecimentos

13



GOLDEN
SGF

Conclusão / Agradecimentos

O Conselho de Administração da Golden SGF vem expressar os seus sinceros agradecimentos:

Aos clientes pela confiança que mantêm no seu gestor de poupança e reforma;

Aos parceiros de negócio pela colaboração prestada no presente exercício;

Aos membros da Mesa da Assembleia-geral pelo apoio e solidariedade institucional sempre demonstrada;

Ao Conselho Fiscal pelo inestimável apoio prestado e pela confiança demonstrada;

À ASF e à APFIPP pelo apoio e pelo excelente relacionamento institucional existente;

Aos nossos Auditores pelo apoio e confiança demonstrados;

Aos fornecedores e aos prestadores de serviços externos;

A todos os nossos colaboradores atuais e também aos que deixaram a empresa em 2024, pelo empenho e dedicação.

O nosso último agradecimento vai para os Senhores Acionistas pela confiança demonstrada na equipa Golden SGF, a qual tem permitido que mantenhamos a estabilidade necessária e indispensável à prossecução dos objetivos da empresa.

Lisboa, 24 de março de 2025

O Conselho de Administração

António Nunes da Silva
Presidente

Sérgio Ruivinho

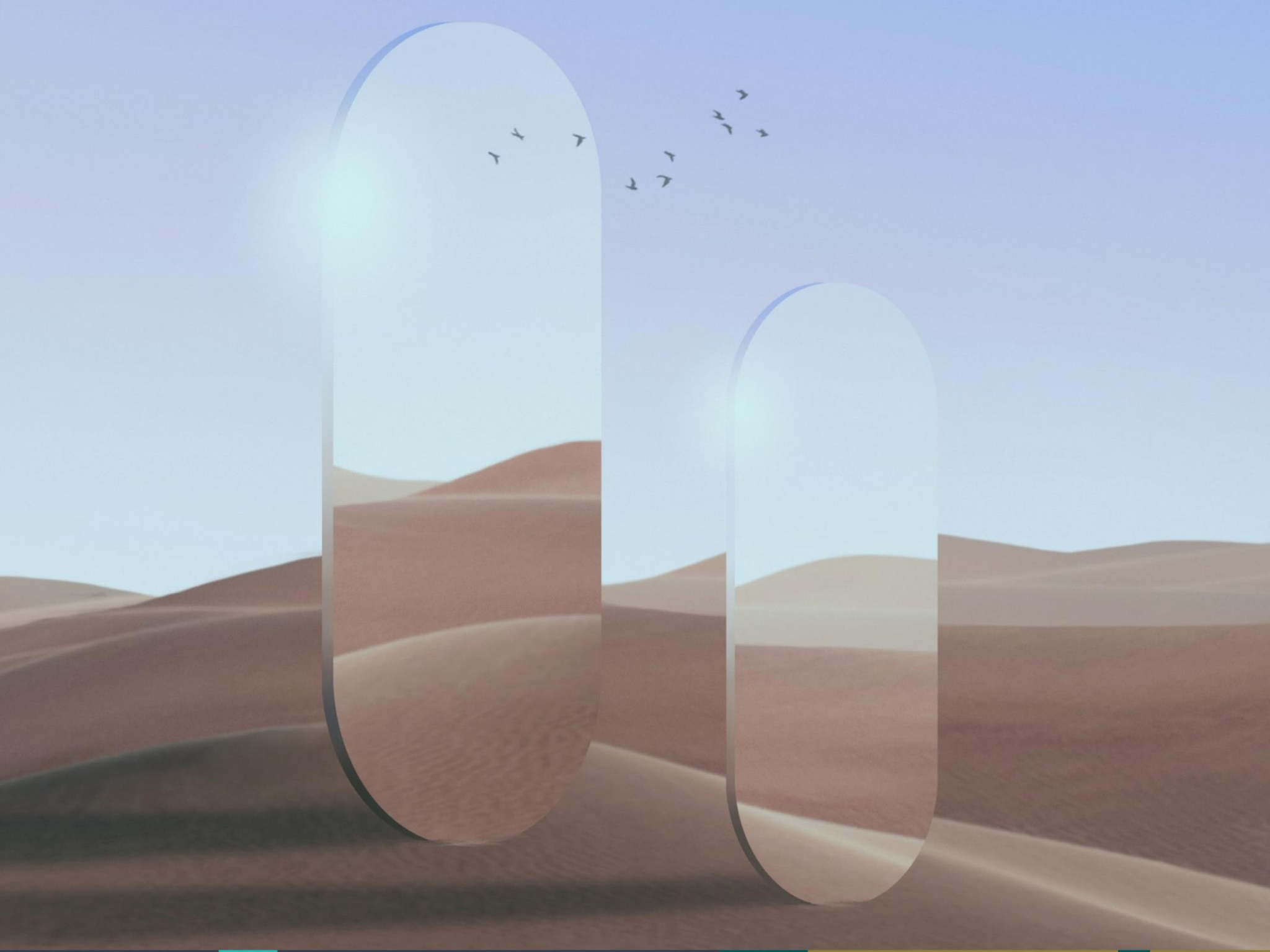
Nuno Basílio

João Matos

Rita Appleton

João Quintanilha

Administradores



Política de Remuneração

14



GOLDEN
SGF

Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

1 Introdução e enquadramento legal

A Golden-SGF, Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (adiante indistintamente designada por “Sociedade” ou “Golden SGF”) é uma Sociedade que integra o perímetro empresarial da Golden Wealth Management – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (neste documento também denominada “GWM” ou “Grupo GWM”), encontrando-se a parte remanescente do respetivo capital social repartida por dois acionistas nomeadamente o SNQTB (Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários) e o SPAC (Sindicato dos Pilotos da Avisão Civil).

O seu modelo de governação é simples e alinhado com o do Grupo Financeiro onde se insere. A Política de Remuneração da Golden SGF (ou a “Política”) foi estabelecida em função do respetivo modelo de negócios e do grau de complexidade da organização.

A Golden SGF adota e implementa a presente Política nos termos e para os efeitos da legislação aplicável, designadamente:

- o Regime Jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundo de pensões (“RJFP”), aprovado pela Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, que transpõe para a ordem jurídica nacional a Diretiva (UE) 2016/2341 do Parlamento e do Conselho, de 14 de dezembro de 2016, relativa às atividades e à supervisão das instituições de realização de planos de pensões profissionais, nomeadamente quanto ao disposto nos artigos n.º 108.º, n.º 4., e n.º 124.º;
- a Norma Regulamentar n.º 5/2024-R, de 20 de agosto, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de pensões (“ASF”), relativa ao sistema de governação das Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões;
- o Regulamento (UE) 2019/2088 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativo à divulgação de informações relacionadas com a sustentabilidade no setor dos serviços financeiros.

2 Definições

Para efeitos da aplicação desta Política, entende-se por:

- a. Remuneração:** conjunto de vantagens atribuídas aos colaboradores de uma instituição, como contrapartida dos serviços prestados, ainda que periódicas, fixas ou variáveis (mesmo que contingentes), de natureza contratual ou não e de carácter monetário ou não monetário;
- b. Remuneração variável:** componente de remuneração calculada com base em critérios de desempenho;
- c. Política de Remuneração:** conjunto dos princípios e dos procedimentos destinados a fixar os critérios, a periodicidade e os responsáveis pela avaliação do desempenho dos colaboradores da instituição, bem como a forma, a estrutura e as condições de pagamento da remuneração devida a esses colaboradores, incluindo a decorrente do processo de avaliação do desempenho;
- d. Funções-chave:** as funções estabelecidas na alínea n) do artigo 4.º e no artigo 117.º do RJFP;
- e. Fatores de sustentabilidade:** as questões ambientais, sociais e laborais, o respeito dos direitos humanos, a luta contra a corrupção e o suborno;
- f. Riscos em matéria de sustentabilidade:** um acontecimento ou condição de natureza ambiental, social ou de governação cuja ocorrência é suscetível de provocar um impacto negativo significativo efetivo ou potencial no valor do investimento.

3 Objeto e âmbito de aplicação

A presente Política visa implementar um sistema remuneratório que, dando cumprimento à legislação/regulamentação em vigor, garanta, entre outros objetivos, a compatibilização dos interesses dos diversos *stakeholders*.

Esta Política destina-se a estabelecer os princípios a que deve obedecer a fixação das componentes remuneratórias dos seguintes elementos:

- Membros do Conselho de Administração da Sociedade;
- Membros do Órgão de Fiscalização da Sociedade;
- Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

A política de remuneração relativa às pessoas que, não sendo membros dos Órgãos de Administração ou de Fiscalização, exerçam a sua atividade profissional no âmbito das Funções-Chave ou de outra função que possa ter impacto material no perfil de risco da Sociedade, será definida e implementada pelo Conselho de Administração.

As regras estabelecidas na presente Política deverão ser cumpridas desde a data da sua aprovação até que sejam expressamente alteradas, nos termos do ponto 6. infra.

4 Princípios gerais

Esta Política de Remuneração assenta no seguinte conjunto de princípios:

- a. Clareza, simplicidade, competitividade, equidade e alinhamento com os interesses e valores da Sociedade e dos respetivos stakeholders;
- b. Controlo eficaz de riscos, evitando potenciais conflitos de interesses e a assunção desadequada de riscos;
- c. Adequação à dimensão, natureza e complexidade da atividade desenvolvida;
- d. Garantia de gestão sã e prudente dos planos e fundos de pensões geridos pela Golden SGF e proteção dos interesses, a longo prazo, dos respetivos participantes, beneficiários e associados.

Ainda, tendo em conta as disposições do Regulamento (UE) 2019/2088, de 27 de novembro, aplicável desde 10 de março de 2021, todas as pessoas que dirigem efetivamente a Sociedade são incentivadas a prosseguir e promover a adoção de atitudes e práticas alinhadas com a defesa dos fatores de sustentabilidade, assegurando que todos os colaboradores os interiorizam e aplicam.

Atentos os princípios estabelecidos nesta Política, bem como a natureza das componentes de remuneração discriminadas no ponto seguinte, considera-se que não se incentiva a assunção desproporcionada de riscos que possa colocar em causa, no curto, médio e também no longo prazo, a sustentabilidade, incluindo a financeira, da Sociedade e dos Fundos de Pensões cuja gestão se lhe encontra confiada.

5 Remunerações

No estabelecimento desta Política, para além dos princípios referidos no ponto anterior, foram tomadas em consideração, sempre que possível, as regras em vigor na GWM, as quais atendem às melhores práticas de mercado.

Quanto aos membros do Conselho de Administração é efetuada distinção entre os que exercem funções executivas e não executivas, sendo que os primeiros são remunerados e os segundos podem ser, conforme decisão da Assembleia Geral.

Ainda, os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são remunerados em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados nas restantes sociedades da GWM, atenta a sua dimensão e o mercado onde operam.

Membros do Conselho de Administração com funções executivas

- A remuneração fixa anual é estipulada em Assembleia Geral da Golden SGF, atendendo ao seu modelo de negócio, às referências do mercado e tendo presente a natureza e dimensão da Sociedade e a forma como esta se enquadra no universo GWM;

Nada sendo deliberado na Assembleia Geral anual, mantém-se em vigor a remuneração fixa anteriormente aprovada.

Os critérios para estabelecimento da Remuneração fixa consideram métricas predeterminadas, incluindo critérios não financeiros, que atendem ao real crescimento da Sociedade e à riqueza efetivamente criada para os acionistas, à proteção dos interesses dos participantes, beneficiários, contribuintes e associados, à sua sustentabilidade a longo prazo e aos riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da Sociedade, designadamente as relativas a critérios ESG;

- A remuneração fixa é paga mensalmente e nos meses de maio e novembro é paga em dobro;
- Não há lugar ao pagamento de remuneração variável;
- No termo das suas funções, os administradores executivos têm o direito a receber a remuneração mensal até ao último dia de atividade;
- Os membros do Órgão de Administração não devem celebrar contratos, quer com a Golden SGF, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade;
- Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que não haja lugar ao pagamento de qualquer compensação se a destituição ou cessação por acordo de um membro do órgão de administração resultar de um inadequado desempenho.

Membros do Conselho Fiscal

- Remuneração composta exclusivamente por uma componente fixa, paga sob a forma de senha de presença, em função do número de reuniões assistidas;
- O valor desta remuneração e os termos do respetivo pagamento são fixados no início de cada mandato e determinados por deliberação em Assembleia Geral.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, selecionado em conformidade com o enquadramento legal e regulamentar aplicável, é remunerado de acordo com os procedimentos e políticas da Golden SGF, mediante celebração de contrato de prestação de serviços e tendo por referência a prática de mercado.

6 Aprovação e Revisão

Na definição da Política de Remuneração participa uma maioria de pessoas com adequada independência e a capacidade técnica necessária para o efeito, afastando-se, desta forma, eventuais conflitos de interesses e permitindo a formação de um juízo de valor sobre a sua adequação, incluindo os seus efeitos sobre a gestão de riscos e de capital da instituição, assim como sobre os seus impactos na sustentabilidade, nos seus diferentes domínios.

Os princípios, critérios e regras relativas à estrutura e fixação da remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Golden SGF são estabelecidos pelo Conselho de Administração da Sociedade.

Assim, a aprovação da presente Política, bem como de quaisquer futuras revisões e alterações, é realizada pela Assembleia Geral mediante proposta do Conselho de Administração da Golden SGF, a elaborar nos termos acima referidos.

Os princípios gerais da presente Política serão revistos e atualizados pelo órgão competente, pelo menos, de três em três anos e sempre que se:

- Tenha conhecimento de uma alteração legal ou regulamentar que o determine;
- Tenha conhecimento de instruções ou orientações relativas à Política de Remuneração ou à sua divulgação emitidas por autoridade competente para o efeito;
- Verifique que os critérios ou procedimentos previstos não alcançaram os objetivos pretendidos.

De referir, ainda, que na elaboração desta Política não se recorreu à utilização de consultores externos.

A presente Política é sujeita a uma avaliação interna independente, com uma periodicidade mínima anual, pelo comité de remuneração, caso exista, ou pelos membros não executivos do órgão de administração ou pelos membros do órgão de fiscalização, tendo como objetivo a verificação do cumprimento da política e das práticas de remuneração.

7 Último Ponto

A presente Política encontra-se disponível para consulta no sítio da internet da Golden SGF.

Anualmente, serão igualmente publicadas no site da Sociedade as declarações de cumprimento das recomendações da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, emitida pela ASF.



Demonstrações Financeiras

15



GOLDEN
SGF

Balanço
Demonstração de Resultados
Demonstração das alterações no Capital Próprio
Demonstração de Fluxos de Caixa

ANEXOS

- 1. Introdução**
- 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**
- 3. Principais políticas contabilísticas**
 - 1) Bases de apresentação
 - 2) Outros instrumentos financeiros
 - 3) Ativos fixos tangíveis
 - 4) Ativos intangíveis
 - 5) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis
 - 6) Imposto sobre o rendimento
 - 7) Clientes e outros créditos a receber
 - 8) Provisões
 - 9) Rédito
 - 10) Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas
 - 11) Acontecimentos subsequentes
- 4. Fluxos de caixa**
- 5. Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros**
- 6. Partes relacionadas**
 - 1) Relacionamentos com empresas-mãe
 - 2) Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização
 - 3) Transações entre partes relacionadas
- 7. Ativo fixo tangível**
- 8. Ativo intangível**
- 9. Ativos financeiros detidos para negociação**
- 10. Outros ativos financeiros**
- 11. Imposto sobre o rendimento**
- 12. Clientes**
- 13. Outros créditos a receber**
- 14. Diferimentos ativos**
- 15. Capital subscrito**
- 16. Reservas legais**
- 17. Outras reservas**
- 18. Resultados transitados**
- 19. Provisões e Passivos Contingentes**
- 20. Fornecedores**
- 21. Estado e outros entes públicos**
- 22. Outras dívidas a pagar**
- 23. Rédito**
- 24. Fornecimentos e serviços externos**
- 25. Gastos com o pessoal**
- 26. Aumentos/reduções de justo valor**
- 27. Outros Rendimentos**
- 28. Outros gastos**
- 29. Gestão dos riscos financeiros**
- 30. Informações exigidas por diplomas legais**
- 31. Compromissos e contingências**
- 32. Eventos Subsequentes**

índice

Demonstrações
Financeiras

Balanço

Dezembro (euros)

Nota

2024

2023

ATIVOS

Não corrente

Ativos fixos tangíveis

9 735,95

33 072,65

Ativos intangíveis

7

286 855,85

267 319,84

Outros ativos ganhos

8

7 927,74

7 927,74

Ativos por impostos diferidos

9

-

-

Total ativo não corrente

304 519,54

308 320,23

Corrente

Clientes

12

674 434,51

360 490,23

Estado e outros entes públicos

21

-

-

Outros créditos a receber

13

16 661,18

23 813,26

Diferimentos

14

122 593,80

61 534,20

Ativos financeiros detidos para negociação

9

619 440,80

752 588,92

Outros ativos financeiros

10

287,28

524,72

Caixa e depósitos bancários

4

7 384 775,14

4 029 555,69

Total ativo não corrente

8 818 199,71

5 228 507,02

TOTAL DO ATIVO

9 122 719,25

5 536 827,25

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Capital próprio

Capital subscrito

15

1 000 000,00

1 000 000,00

Reservas legais

16

459 465,29

459 465,29

Outras reservas

17

117 083,98

117 083,98

Resultados transitados

18

212 623,74

82 508,85

1 789 173,01

1 659 058,12

Resultado líquido do período

329 022,65

260 114,89

TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO

2 118 195,66

1 919 173,01

PASSIVO

Não Corrente

Provisões

19

50,41

60 266,85

50,41

60 266,85

Corrente

Fornecedores

20

155 571,54

91 442,97

Estado e outros entes públicos

21

34 067,21

28 685,37

Outras dívidas a pagar

22

6 814 834,43

3 437 259,05

Diferimentos

14

7 004 473,18

3 557 387,39

TOTAL DO PASSIVO

7 004 523,59

3 617 654,24

TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO

9 122 719,25

5 536 827,25

Demonstração dos Resultados	Dezembro (euros)			
	Nota	2024		2023
Vendas e serviços prestados	23	3 155 162,98		2 588 063,82
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e emp. conjuntos				-
Fornecimentos e serviços externos	24	(1 890 576,45)		(1 462 402,44)
Gastos com o pessoal	25	(837 931,77)		(847 611,94)
Provisões (aumentos/reduções)	19	60 086,02		76 953,72
Aumentos/ reduções de justo valor	26	46 540,05		31 283,48
Outros rendimentos	27	37 199,47		24 429,14
Outros gastos	28	(63 188,08)		(37 955,98)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		507 292,22		372 759,80
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7/8	(172 417,71)		(108 632,62)
		(172 417,71)		(108 632,62)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		334 874,51		264 127,18
Juros e rendimentos similares obtidos		-		-
Juros e gastos similares suportados		-		-
Resultado antes de impostos		334 874,51		264 127,18
Imposto sobre o rendimento do período	11	(5 851,86)		(4 012,19)
Resultado líquido do período		329 022,65		260 114,89

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Atribuível aos acionistas					Total do capital próprio
	Capital subscrito	Reservas Legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	
Posição a 1 de janeiro de 2023	1 000 000,00	459 465,29	117 083,98	0,24	82 508,61	1 659 058,12
Alterações no período						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	-	-	82 508,61	(82 508,61)	-
	-	-	-	82 508,61	(82 508,61)	
Resultado líquido do período					260 114,89	260 114,89
Resultado integral					117 606,28	177 606,28
Posição a 31 de dezembro de 2023	1 000 000,00	459 465,29	117 083,98	82 508,85	260 114,89	1 919 173,01
Alterações no período						-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				130 114,89	(130 114,89)	-
	1 000 000,00	459 465,29	-	130 144,89	(130 114,89)	1 459 465,29
Resultado líquido do período					329 022,65	329 022,65
Distribuições				130 000,00	(130 000,00)	-
Resultado integral					199 022,65	199 022,65
Posição a 31 de dezembro de 2024	1 000 000,00	459 465,29	117 083,98	212 623,74	329 022,65	2 118 195,66

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Dezembro (euros)	
	Nota	
	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	3 063 127,62	2 443 749,90
Pagamentos a fornecedores	(2 264 899,79)	(1 561 518,80)
Pagamentos ao Pessoal	(778 108,83)	(813 710,56)
Caixa gerada pelas operações	20 119,00	68 520,54
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento	(4 012,29)	(5 737,36)
Outros recebimentos/ pagamentos	3 448 283,46	766 783,81
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais	3 464 390,17	829 566,99
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(517,20)	(6 211,00)
Ativos intangíveis	(168 099,90)	(154 233,86)
Investimentos Financeiros	(216 566,97)	(577 107,23)
Recebimentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-	-
Investimentos Financeiros	406 013,35	157 672,16
Juros e rendimentos similares		
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	20 829,28	(579 879,93)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimentos respeitantes a:		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital	-	-
Dividendos	(130 000,00)	-
Juros e gastos e similares	-	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento	(130 000,00)	-
Variação de Caixa e seus equivalentes		
Efeitos das diferenças de câmbio	3 355 219,45	249 687,06
Caixa e seus equivalentes no início do período	-	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4 029 555,69	3 779 868,63
Caixa e seus equivalentes no fim do período	7 384 775,14	4 029 555,69
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	1 041,53	1 041,53
Descobertos bancários		
Depósitos bancários	7 383 733,61	4 028 514,16
Outras aplicações de tesouraria		
	7 384 775,14	4 029 555,69

4

Anexos



GOLDEN
SGF

1

Introdução

A empresa Golden SGF – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA é uma sociedade anónima, constituída em 29 de fevereiro de 1988 e tem a sua sede social na Av. da Liberdade, 190 6º A, em Lisboa. A Sociedade desenvolve a sua atividade como gestora de fundos de pensões, sendo a sua carteira em 31 de dezembro de 2023 constituída por onze Fundos Fechados, cinco Fundos Abertos e por nove fundos representados por Planos de Poupança Reforma (PPR).

Os valores dos ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 dos referidos fundos, são os seguintes (euros):

	2024	2023
Fundos fechados	76 319 728,52	81 262 615,46
Fundos abertos	68 341 817,38	46 965 925,97
Fundos representados por PPR	113 745 574,56	86 045 983,83
	258 407 120,46	214 274 525,26

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada no ambiente económico em que a Sociedade opera.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião de 31 de março de 2025. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração é de opinião que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas, segundo o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as NCRF.

3.2. Outros instrumentos financeiros

Por definição um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro numa entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio noutra entidade. Esta definição abarca um vasto conjunto de rubricas, mas neste ponto vamos exclusivamente considerar, no que respeita à Sociedade, as seguintes espécies: instrumentos financeiros detidos para negociação (ações e obrigações cotadas em mercado regulamentado), investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário cotados em mercado regulamentado e investimentos financeiros detidos até à maturidade.

Os instrumentos financeiros detidos para negociação são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição, não se colocando a necessidade da mensuração em momento subsequente à compra dado que, normalmente, permanecem na Sociedade durante um período muito curto, entre as datas de compra e de venda. No entanto, se esta classe de ativos existir em carteira à data de relato, os mesmos são mensurados ao justo valor, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

Os investimentos financeiros em fundos de investimento imobiliário são registados, inicialmente, pelo respetivo custo de aquisição e, subsequentemente, mensurados ao justo valor em cada data de relato, sendo a diferença encontrada reconhecida em resultados. O justo valor é o valor da cotação do ativo financeiro, num mercado regulamentado, à data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminuir e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

3.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações acumuladas. As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Nos termos do parágrafo 44 da estrutura conceptual do SNC, e tendo em consideração o balanceamento entre o benefício e o custo da informação, a empresa optou por amortizar no próprio exercício os bens de reduzido valor. Ou seja, os elementos do ativo sujeitos a deperecimento, cujos custos unitários de aquisição ou de produção não ultrapassem €1.000,00, são totalmente depreciados ou amortizados num só período de tributação, exceto quando façam parte integrante de um conjunto de elementos que deva ser depreciado ou amortizado como um todo. As obras em instalações alheias vão ser depreciadas pelo período do contrato de arrendamento.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8-10
Equipamento informático	4
Obras em instalações alheias	5

No âmbito do ativo fixo tangível considera-se que os artigos de decoração e obras de arte não são suscetíveis de depreciação.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em regime de duodécimos, e em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	8 / 10
Equipamento informático	4
Programas de computador	3-5

3.5. Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Considerando as características do ativo fixo tangível e intangível e o seu pequeno significado, não se justifica efetuar a análise com o objetivo de reconhecimento de eventuais perdas por imparidade, na medida em que eventuais ajustamentos revelar-se-iam materialmente irrelevantes.

3.6. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis; porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Pelas diferenças temporárias derivadas da aplicação do método da equivalência patrimonial ao investimento financeiro na subsidiária, não se estão a constituir ativos ou passivos por impostos diferidos, por se verificarem as exceções previstas nos parágrafos 36 e 41 da NCRF 25 ao princípio do reconhecimento dos passivos e ativos por impostos diferidos atrás expresso.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato. A taxa de derrama não foi considerada para efeitos de cálculo dos impostos diferidos. No exercício económico de 2024, não se registaram diferenças temporárias tributáveis, pelo que não existiram situações geradoras de reconhecimento de impostos diferidos.

3.7. Clientes e outros créditos a receber

As contas acima não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas 'Perdas de imparidade acumuladas', para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.8. Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando se verifiquem as seguintes condições cumulativas: a Sociedade tenha uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, ser provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

A provisão que se encontra constituída em 31 de dezembro de 2024, corresponde ao valor presente da obrigação resultante do facto de a sociedade garantir determinadas taxas de rentabilidade/valorização em certos produtos da gama PPR. A mensuração em cada ano é efetuada pelo valor descontado da diferença entre o montante do compromisso e o da valorização estimada dessas unidades de participação, tendo em conta uma taxa de juro conservadora, repartida pelo número médio de anos de vencimento da obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que existir uma saída de recursos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprest  o recebida ou a receber.

Relativamente a esta Sociedade, o rédito pode ser proveniente da prestação de serviços, de juros e de dividendos.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento do serviço   data de relato, desde que o respetivo montante possa ser mensurado com fiabilidade e ser provável que os benefícios econ micos futuros a ele associados fluam para a Sociedade. Foram reconhecidos em resultados os seguintes tipos de prestações de serviços:

- Comissões de subscrição, comissões de gestão e comissões de reembolso, auferidas pelos serviços prestados aos fundos, na qualidade de Sociedade gestora;
- Remuneração pelo apoio na gestão de fundos de pensões, cujas sociedades gestoras são terceiros.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja possível que benefícios econ micos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de dividendos é reconhecido quando é estabelecido o direito da Sociedade receber o correspondente montante.

3.10. Juízos de valor e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas em termos de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente   data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis   data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas mesmas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente   data das demonstrações financeiras são corrigidas de forma prospetiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão, poderão diferir das correspondentes estimativas.

a) Provisões: a quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar uma obrigação presente   data do balanço;

b) Justo valor dos investimentos financeiros: o justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros, descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

c) Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores: as perdas por imparidade relativas a saldos devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Golden SGF quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade dos saldos, anulação de dívidas e outros fatores incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos.

3.11. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e seus equivalentes” inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Estão incluídos na rubrica “Outros recebimentos/pagamentos”, os fluxos de caixa provenientes das compras e vendas dos ativos financeiros, relatados numa base líquida em resultado do facto de serem de rápida rotação.

Apresenta-se, seguidamente, o detalhe da rubrica em questão.

	2024	2023
Numerário		
Caixa	1 041,53	1 041,53
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem	7 383 733,61	4 028 514,16
Depósitos a prazo	-	-
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	7 384 775,14	4 029 555,69

5

Alterações de políticas contabilísticas e correções de erros

Não se verificaram alterações de políticas contabilísticas relativamente ao ano anterior.

6

Partes relacionadas

6.1. Relacionamentos com empresas-mãe

Considerando a atual distribuição do capital, existe um acionista desta Sociedade que, por si só, detém o controlo, ou seja, o poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais. O capital encontra-se distribuído por quatro acionistas, um dos quais detém 90,72% do mesmo.

6.2. Remunerações do pessoal-chave de gestão e de fiscalização

A gestão da Sociedade pertence ao Conselho de Administração, o qual em 31 de dezembro de 2024, se compunha por sete membros. Os administradores executivos, auferiram uma remuneração fixa mensal, os administradores não executivos e os membros do conselho fiscal foram remunerados através de senhas de presença.

Os gastos com remunerações e outros benefícios de curto prazo do pessoal-chave de gestão, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, são os seguintes:

	2024	2023
Remunerações	29 120,00	29 110,00
Senhas de presença	2 050,00	3 050,00
	31 170,00	32 160,00

6.3. Transações entre partes relacionadas

Dando cumprimento ao n.º 5 do artigo 447.º do código das sociedades comerciais, os membros dos órgãos de administração são titulares das ações da sociedade ou de domínio e efetuaram as seguintes transações durante o ano de 2024:

Nome da sociedade, do titular e participação detida	2023	Movimentos 2024	Movimentos 2023
Baobá -Investimentos Lda. (sociedade detida em 70% por António José Nunes da Silva)	Baobá é acionista (30% da Golden Wealth Management-SGPS, S.A)	0	0

Os principais saldos mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2024 eram os seguintes:

	2024			
	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Saldos de clientes	8 510,13	-	-	-
Saldos de fornecedores	-	-	(126 150,87)	(219,33)
Saldos de devedores e credores por acréscimos	-	-	-	(66 580,81)
Saldos de outros devedores e credores	(583,02)	-	(34 393,57)	-
	7 927,11	-	(160 544,44)	(66 800,14)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as transações realizadas com empresas relacionadas, foram como se segue:

	2024			
	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Gastos com cedência de pessoal	-	-	(41 302,48)	(10 492,50)
Outros serviços refaturados	-	-	-	(10 596,00)
Gastos suportados com comissões	-	-	(361 694,08)	(668 380,68)
Gastos suportados com rendas	-	-	-	(40 516,08)
Rendimentos relativos a comissões recebidas	33 936,16	-	-	-
	33 936,20	-	(402 996,56)	(726 985,36)

Os principais saldos mantidos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2023 eram os seguintes:

	2023			
	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Saldos de clientes	7 638,22	-	-	-
Saldos de fornecedores	-	-	(24 732,01)	(51 496,00)
Saldos de devedores e credores por acréscimos	-	-	-	(55 189,61)
Saldos de outros devedores e credores	(583,02)	(25 596,71)	(1 100,74)	-
	7 055,20	(25 596,71)	(25 832,75)	(106 685,61)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as transações realizadas com empresas relacionadas, foram como segue:

	2023			
	SNQTB	SPAC	Golden Broker	Golden Wealth Management
Gastos com cedência de pessoal	-	-	(35 147,37)	(50 995,28)
Outros serviços refaturados	-	-	-	(5 635,07)
Gastos suportados com comissões	-	-	(282 790,20)	(515 628,44)
Gastos suportados com rendas	-	-	-	(39 600,00)
Rendimentos relativos a comissões recebidas	31 882,96	-	-	-
	31 882,96	-	(317 937,57)	(611 858,79)

7 Ativo fixo tangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2024					Total
	Equipam. administ.	Equipam. Biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso	Adiantamentos por conta de Ativos fixos tangíveis	
Quantia bruta escriturada inicial	273 454,64		55 378,10			328 832,74
Amortizações acumuladas iniciais	(246 819,57)		(48 940,52)			(295 760,09)
Aquisições	517,20		-			517,20
Amortizações do exercício	(23 853,90)		-			(23 853,90)
	3 298,37	-	6 437,58	-	-	9 735,95

	2023					Total
	Equipam. administ.	Equipam. Biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos em curso	Adiantamentos por conta de Ativos fixos tangíveis	
Quantia bruta escriturada inicial	267 243,64		55 378,10			322 621,74
Amortizações acumuladas iniciais	(220 776,92)		(48 940,52)			(269 717,44)
Aquisições	6 211,00		-			6 211,00
Amortizações do exercício	(26 042,65)		-			(26 042,65)
	26 635,07	-	6 437,58	-	-	33 072,65

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.3. As depreciações do exercício, no montante de €23.853,90 (€26.042,65 em 2023), foram registradas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”. A aquisição de equipamento administrativo está relacionada com a compra de computadores.

Não se verificaram abates no ativo tangível no ano de 2024.

Não existem ativos fixos tangíveis com perdas de imparidade.

8 Ativo intangível

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Descrição	2024	
	Programas computador	Total
Quantia bruta escriturada inicial	458 999,83	458 999,83
Amortizações acumuladas iniciais	(191 679,99)	(191 679,99)
Aquisições	168 099,90	168 099,90
Amortizações do exercício	(148 563,89)	(148 563,89)
Saldo final líquido	286 855,85	286 855,85

Descrição	2023	
	Programas computador	Total
Quantia bruta escriturada inicial	109 866,59	109 866,59
Amortizações acumuladas iniciais	(109 090,02)	(109 090,02)
Aquisições	349 133,24	349 133,24
Depreciações do exercício	(82 589,97)	(82 589,97)
Saldo final líquido	267 319,84	267 319,84

Os ativos intangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes durante as vidas úteis estimadas, conforme divulgação na nota 3.4. As amortizações do exercício, no montante de €148.563,89 (€82.589,97 em 2023), foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização”.

As aquisições ocorridas durante o exercício de 2024, referem-se a faturas relacionadas com o desenvolvimento de programas de tratamento de dados.

Não existem ativos intangíveis com perdas de imparidade.

9 Ativos financeiros detidos para negociação

A rubrica de “Ativos financeiros detidos para negociação” encontra-se registada pelo justo valor, mensurada de acordo com a respetiva cotação de mercado ativo.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o movimento ocorrido nas rubricas de “Ativos financeiros detidos para negociação”, foi o seguinte:

	Métodos de mensuração 31-12-2024	
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	752 588,92	752 588,92
Aquisições	216 566,97	216 566,97
Alienações	(404 539,04)	(404 539,04)
Outras variações	54 823,95	54 823,95
	619 440,80	619 440,80

Comparativamente ao ano 2023 as alienações em 2024 na carteira própria atingiram o valor de 404.539,04€.

	Métodos de mensuração 31-12-2023	
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	293 892,79	293 892,79
Aquisições	577 088,94	577 088,94
Alienações	(156 157,41)	(156 157,41)
Outras variações	37 764,60	37 764,60
	752 588,92	752 588,92

10 Outros ativos financeiros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o movimento ocorrido nas rubricas “Outros ativos financeiros”, foi o seguinte:

	Métodos de mensuração 31-12-2024	
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	524,72	524,72
Outras variações	(237,44)	(237,44)
Outros ativos financeiros	7 927,74	7 927,74
	8 215,02	8 215,02

	Métodos de mensuração 31-12-2023	
	Justo Valor	Total
Saldo inicial	608,13	608,13
Outras variações	(83,41)	(83,41)
Outros ativos financeiros	7 927,74	7 927,74
	8 452,46	8 452,46

Os valores apresentados como “Outras variações” dizem respeito à mensuração do justo valor nos fundos de investimento imobiliário e obrigações bem como contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho.

A decomposição dos saldos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, entre ativo corrente e ativo não corrente é a seguinte:

Descrição	2024	2023
Saldo inicial	287,28	524,72
Total	287,28	524,72

Ativo não corrente	2024	2023
Outros Ativos Financeiros (a)	7 927,74	7 927,74
Total	7 927,74	0,00

(a) O valor do Ativo não corrente é constituído pelo Fundo de Compensação do Trabalho (FCT)

11 Imposto sobre o rendimento

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais de exercícios anteriores estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos.

A Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo sobre as demonstrações financeiras.

A taxa de imposto sobre o rendimento em vigor nas pequenas e médias empresas, que incide sobre a matéria coletável, é de 17% para os primeiros €25.000,00 de lucro tributável e de 21% para a matéria coletável remanescente. Sobre a matéria coletável incide ainda a derrama que tem vindo a ser fixada em 1,5%. Adicionalmente, há ainda a considerar a tributação autónoma sobre algumas classes de gastos.

Não foram registados ativos por impostos diferidos pelo fato de não existirem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos ativos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, tem o seguinte detalhe:

	2024	2023
Resultado líquido antes de impostos	334 374,51	264 127,18
Variações patrimoniais Decreto-Lei 159/2009	-	-
Outras variações	-	-
Soma	334 374,51	264 127,18
Correções relativas aos exercícios anteriores	2 984,64	664,88
Diferenças permanentes	-	-
Diferenças temporais	(106 386,07)	(108 539,97)
Prejuízos fiscais deduzidos	-	-
Matéria Colectável	230 973,08	156 252,09
Coleta	48 609,35	32 812,94
Derrama	3 472,10	2 343,78
Tributações autónomas	2 379,76	1 668,51
Imposto corrente	54 461,21	36 825,23
Benefícios Fiscais	(48 609,35)	(32 812,94)
Gasto com o imposto sobre o rendimento	5 851,86	4 012,29

12 Clientes

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2024	2023
Fundos de Pensões	674 434,51	360 490,23
	674 434,51	360 490,23

O saldo de clientes é constituído pelas comissões de gestão e administrativas cobradas aos fundos que a Golden SGF gere e que serão recebidos em 2025.

13 Outros créditos a receber

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2024	2023
	Ativo Corrente	Ativo Corrente
Mediadores	108,43	1 848,69
Comissão de Gestão	2 669,30	7 634,73
Outros devedores	13 890,45	14 329,84
Outros créditos a receber	16 668,18	23 813,26

14 Diferimentos ativos

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, as rubricas do ativo corrente “Diferimentos”, apresentam a seguinte composição:

	2024	2023
Diferimentos ativos		
Rendas de imóveis	2 647,55	2 647,55
Seguros	19 664,38	13 648,84
Outros gastos diferidos (i)	100 281,87	45 237,81
Gastos a reconhecer	122 593,80	61 534,20

(i) trata-se maioritariamente de serviços especializados a reconhecer

15 Capital subscrito

O capital subscrito é constituído por 1.000.000 ações nominativas, com o valor de €1,00 cada. Em 31 de dezembro de 2024 o capital social apresenta a seguinte distribuição:

	2024		
	% de ações	Nº de ações	Capital Subscrito
Golden Wealth Management - S.G.P.S., SA	90,72%	907 234	907 234,00
Sindicato Nac. Quadros e Técnicos Bancários	5,86%	58 597	58 597,00
Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil	3,42%	34 168	34 168,00
Capital Social	100%	1 000 000	1 000 000,00

16 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

A 31 de dezembro de 2024, a reserva legal ascende 459.465,29€, estando o movimento dos anos de 2023 e 2024 espelhado no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

17 Outras reservas

Esta rubrica é constituída exclusivamente por reservas livres e o movimento dos anos de 2024 e 2023 encontram-se espelhados no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

18 Resultados transitados

Para além dos movimentos de aplicação dos resultados efetuados na sequência da deliberação da Assembleia Geral de aprovação de contas, não se verificaram quaisquer outras operações com reflexos na conta “Resultados transitados”, durante o exercício findo em 31 de dezembro 2023 e 2024. Os movimentos efetuados nos exercícios se encontram espelhados no mapa de demonstração das alterações no capital próprio.

19 Provisões e Passivos Contingentes

A evolução das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 tem o seguinte detalhe:

	2024				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Garantias a clientes	60 266,85	24,15	60 110,17	130,42	50,41
Total	60 266,85	24,15	60 110,17	130,42	50,41

	2023				
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilização	Saldo final
Garantias a clientes	177 588,38	75 443,10	152 396,82	40 367,81	60 266,85
Total	177 588,38	75 443,10	152 396,82	40 367,81	60 266,85

Os movimentos registados nesta rubrica consubstanciam-se na utilização da provisão e redução da garantia do Fundo de Pensões Poupança Garantida. A mesma é renovada por período adicional de 5 anos.

20 Fornecedores

A empresa líquida dentro dos prazos de pagamento estipulados as faturas aos seus fornecedores, onde se incluem os prestadores de serviços. Portanto, os saldos evidenciados no Balanço não assumem grande significado.

21 Estado e outros entes públicos

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2024		2023	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	-	-	-	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	6 735,25	-	7 816,00
IVA	-	-	-	-
Contribuição Segurança Social	-	15 825,50	-	12 384,59
Imposto do selo	-	11 506,46	-	8 484,78
Total	-	34 067,21	-	28 685,37

22 Outras dívidas a pagar

A decomposição do valor relatado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é a seguinte:

	2024 Corrente	2023 Corrente
Remunerações a liquidar	127 126,44	119 571,10
Mediadores	147 223,97	79 955,38
Outras dívidas por acréscimo	180 535,16	108 210,07
Outras dívidas a pagar (i)	6 359 948,86	3 129 522,50
Outras dívidas a pagar	6 814 834,43	3 437 259,05

(i) o montante de €6.325.779,79 resulta do recebimento de subscrições nas contas bancárias da Golden SGF no final do exercício de 2024 e cujos montantes foram distribuídos para cada um dos fundos no início de 2025.

A rubrica “Remunerações a liquidar” regista a estimativa do valor correspondente à remuneração das férias, subsídio de férias e respetivos encargos assim como os prémios atribuídos, a liquidar aos colaboradores da Golden SGF no ano seguinte.

23 Rédito

O rédito reconhecido pela empresa nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, é detalhado conforme se segue:

	2024		2023	
	Valor	%	Valor	%
Comissões de Subscrição	9 787,26	0,3%	7 238,85	0,3%
Comissões de Gestão	3 141 110,47	99,6%	2 572 837,40	99,4%
Comissões de Reembolso	4 265,25	0,1%	7 987,57	0,3%
Serviço a clientes	-	0,0%	-	0,0%
Comissão de resseguro	-	0,0%	-	0,0%
Total das prestações de serviços	3 155 162,98	100,0%	2 588 063,82	100,0%
Juros obtidos		0,0%		0,0%
Dividendos		0,0%		0,0%
Total do rédito	3 155 162,98	100,0%	2 588 063,82	100,0%

Os juros obtidos e os dividendos estão incluídos na rubrica da demonstração de resultados “Outros rendimentos”, conforme se especifica na nota 27.

24 Fornecimentos e serviços externos

A rubrica “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é detalhada conforme se segue:

	2024	2023
Trabalhos especializados	485 266,08	362 907,41
Publicidade e Propaganda	32 123,37	25 430,39
Honorários	-	-
Comissões	1 246 181,29	954 821,07
Conservação e reparação	470,77	439,60
Outros trabalhos especializados	11 370,36	8 101,21
Materiais	2 861,71	4 003,15
Energia e fluidos	3 687,25	3 478,37
Deslocações e estadas	17 029,05	3 462,39
Rendas e alugueres	50 353,73	55 480,36
Comunicação	10 234,75	12 259,35
Seguros	17 616,76	19 475,59
Outros serviços diversos	13 381,33	12 543,55
	1 890 576,45	1 462 402,44

25 Gastos com o pessoal

A rubrica “Gastos com o pessoal” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é detalhada conforme se segue:

	2024	2023
Remunerações dos órgãos sociais (Nota6)	31 170,00	32 160,00
Remunerações do pessoal	604 834,93	602 879,25
Complementos facultativos de reforma	-	-
Indemnizações	3 920,00	21 907,34
Encargos sobre remunerações	144 802,33	141 174,00
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	3 455,07	3 481,89
Prémios	37 000,00	31 450,00
Outros gastos com pessoal		
Outros gastos	12 749,44	14 559,46
	800 931,77	847 611,94

26 Aumentos/reduções de justo valor

A rubrica “Aumentos/reduções de justo valor” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é detalhada conforme segue:

	2024	2023
Obrigações	21 174,50	7 020,63
Ações	8 545,77	4 729,50
Unidades de participação imobiliária	903,19	3 936,74
Unidades de participação mobiliária	15 916,58	15 596,61
	46 540,05	31 283,48

27 Outros Rendimentos

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é detalhada conforme se segue:

	2024	2023
Ganhos em outros instrumentos financeiros	9 520,77	9 931,90
Juros obtidos (Nota 23)	212,86	1 077,53
Dividendos obtidos (Nota 23)	1 357,51	-
Correções relativas a períodos anteriores	26 106,68	552,77
Excesso de estimativa de imposto	-	-
Aluguer de equipamento	-	-
Outros não especificados	-	12 079,32
Dif. de cambios favoráveis	1,67	787,62
	37 199,47	21 429,14

28 Outros gastos

A rubrica “Outros rendimentos e ganhos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é detalhada conforme se segue:

	2024	2023
Impostos e taxas	25 603,29	1 563,26
Dif. de cambio desf.	7,44	85,01
Perdas em outros instrumentos financeiros	-	1 411,31
Bonificações de fidelidade	25 682,74	26 280,53
Quotizações	8 160,00	7 700,99
Correções relativas a períodos anteriores	3 494,61	664,88
Garantias atribuídas a clientes	-	-
Outros gastos	240,00	250,00
	63 188,08	37 955,98

29 Gestão dos riscos financeiros

A Sociedade Gestora está sujeita a vários riscos financeiros, nomeadamente de mercado (taxa de juro, valor de mercado das ações e cambial), de crédito e liquidez:

- O risco de alteração do valor de mercado das ações decorre da exposição a esta classe de ativos. Este risco é mitigado através da diversificação dos investimentos e da exposição a diferentes segmentos;
- O risco associado à taxa de juro decorre de aplicações financeiras, a taxa fixa ou taxa variável, que são geridas por forma a assegurar a adequada liquidez e o baixo risco de contraparte
- O risco cambial decorre essencialmente da exposição a índices acionistas denominados em moeda estrangeira e também da aquisição de bens e serviços em moedas diferentes do euro, apesar de estes terem expressividade muito reduzida;
- O risco de crédito decorrente das aplicações financeiras é mantido em níveis toleráveis através da diversificação do investimento e da preponderância da exposição a emitentes de elevada qualidade creditícia;
- O risco de liquidez é gerido de forma prudente através da manutenção de disponibilidades em montante adequado para a atividade desenvolvida, bem como da negociação de aplicações financeiras de muito curto prazo.

30 Informações exigidas por diplomas legais

A Sociedade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a situação da Empresa perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Os encargos registados com a Revisão Legal de Contas da Sociedade cifram-se no montante de €6.150,00 no ano de 2024, incluindo o IVA à taxa de 23% que é assumido como custo.

31 Compromissos e contingências

Na presente data, e em resultado do projeto de “Fusão”, ficou assumida uma responsabilidade de entregar ou disponibilizar, em conta bancária a constituir para o efeito, um montante de 10.289,00€, relativo a ações não trocadas, a favor da entidade “Growth Value-Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Não são conhecidos quaisquer outros compromissos ou contingências com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2024.

32 Eventos Subsequentes

Na presente data, não são conhecidos quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração

Contabilista Certificado



goldensgf.pt

Avenida da Liberdade, 190 – 6º A
1250-147 Lisboa



GOLDEN SGF

De poupança sabemos nós

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos Senhores Acionistas da Golden SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.,

De acordo com as disposições legais cumpre-nos, na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Golden SGF. - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. (de ora em diante designada «GSGF»), apresentar o seu Relatório, bem como o parecer sobre o Relatório de Gestão e documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da GSGF reportados ao exercício de 2024.

No presente Relatório e Parecer, o Conselho Fiscal refere os resultados da sua atividade de análise e verificação que efetuou aos documentos de prestação de contas da GSGF.

Igualmente apreciamos a Certificação Legal das Contas apresentada pela Luís Miguel Damas & Associados - SROC, Lda, com a qual concordamos.

No que concerne o Relatório e Contas de 2024 verificámos que:

- a) o balanço, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da GSGF, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- b) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adaptados são adequados;
- c) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da GSGF evidenciando os aspetos mais significativos;
- d) A proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Realçamos a evolução positiva da GSGF no exercício de 2024, destacando o aumento do valor dos ativos sob gestão, o resultado líquido do exercício positivo, não obstante o enquadramento do mercado.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- 1) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- 2) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- 2) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 24 de março de 2025

O Conselho Fiscal

Assinado por: **Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel**

Num. de Identificação: 05327366

Data: 2025.03.25 12:36:57+00'00'

(Pedro Miguel Valente Pires Bela Pimentel)

(Presidente)



Assinado de forma digital

por Andre Miranda

Dados: 2025.03.25

19:05:50 Z

(André Filipe Oliveira de Miranda)

(Vogal)



**Golden SGF - Sociedade Gestora
de Fundos de Pensões, S.A.**

Certificação Legal das Contas
31 de Dezembro 2024

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Golden SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 9.122.719,25 euros e um total de capital próprio de 2.118.195,66 euros, incluindo um resultado líquido de 329.022,65 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Golden SGF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.** em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa

opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

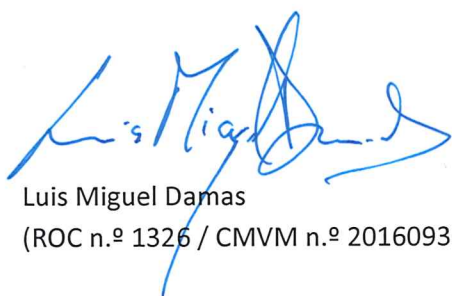
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 24 de março de 2025

Luis Miguel Damas & Associados – SROC, Lda.
representada por:



Luis Miguel Damas
(ROC n.º 1326 / CMVM n.º 20160936)